

UNIVERSIDADE TIRADENTES

SERVIÇO SOCIAL

NAYARA FERNANDA SANTOS SOUZA

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II

ARACAJU

2017

NAYARA FERNANDA SANTOS SOUZA

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof^a Esp. Fernanda Silva

ARACAJU

2017

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina: Estágio Supervisionado I

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof Tatiane Ferreira dos Santos

Supervisora Acadêmica: Profª Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Quenia Gouveia Nabuco Rocha

Carga horária: 200 horas

Disciplina: Estágio Supervisionado II

Nome do professor responsável pela disciplina: Prof Tatiane Ferreira dos Santos

Supervisora Acadêmica: Profª Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Quenia Gouveia Nabuco Rocha

Carga horária: 200 horas

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome completo: Centro de Referencia Social Professor Gonçalo Rollemberg Leite

Horário de funcionamento: 7:00 às 17:00

Endereço completo: Rua Alagoas, nº 1021, Bairro José Conrado de Araújo

AGRADECIMENTOS

À hora mais importante chegou, esperei muito por esse momento, pois foram dias de obstáculos, muita luta e dificuldades e preciso agradecer. Agradecer por estar concluindo mais uma etapa da minha vida, por ter me dado força pra continuar caminhando mesmo diante de todas as dificuldades encontradas no dia a dia. E vou começar agradecendo ao meu Deus, pois, sem ele eu não teria sabedoria e paciência para chegar até aqui.

Sei que os que confiam no Senhor, revigoram suas forças, suas forças se renovam, posso até cair ou vacilar, mas consigo levantar, pois recebo d'Ele asas e como águia me preparo pra voar. EU POSSO IR MUITO ALÉM DE ONDE ESTOU, VOU NAS ASAS DO SENHOR O TEU AMOR É O QUE ME CONDUZ, POSSO VOAR E SUBIR SEM ME CANSAR, IR PRA FRENTE SEM ME FATIGAR, VOU COM ASAS, COMO ÁGUIA, POIS CONFIO NO SENHOR! Que me dá forças pra ser um vencedor, nas asas do Senhor, vou voar! Voar! (PE. Fábio de Melo-Asas do Senhor).

Essa música me acompanhou nos meus momentos mais difíceis e eu não poderia deixar de colocar aqui, sempre que eu pensava em desistir eu a ouvia e acalmava o meu coração. Obrigada, meu Deus, por me deixar chegar até aqui e me fazer ainda mais forte pra conquistar todos os meus sonhos e objetivos.

Sou grata também a minha mãe e ao meu padrasto, que é um dos amores da minha vida e que nunca se ausentou quando eu precisei desabafar. Aos meus avós que são os meus pés, o meu corpo, a minha base, sem eles eu não seria quem eu sou, sou loucamente apaixonada por vocês, meus bebêzinhos! A minha tia Rita, que me apresentou o Serviço Social e é o meu exemplo de tantas coisas e não poderia deixar de ser meu exemplo profissional, quando eu crescer quero ser igual a você! Rsr. Aos meus tios, que sempre estiveram presentes na minha vida de forma protetora e nunca me abandonaram, eu amo vocês meus pais! Aos meus primos, Cecilia, Thales, Maria Eduarda e Ellen Vitoria, que são as minhas pedras preciosas e que eu sou capaz do impossível para deixa-los felizes! Aos meus irmãos Ícaro e João Maurício, que são parte do meu coração. Ao meu namorado, que suportou todas as minhas angustias nos momentos em que eu achava que não seria capaz de conseguir, obrigada por todas as mensagens de apoio, por toda paciência, por me ouvir, por me incentivar, por acreditar em mim e por todas as vibrações positivas, eu amo você!

As minhas amigas do peito, Adriana, Caroline e Joelma, que sempre acreditaram no meu potencial e que nunca se fizeram ausentes nos meus momentos de desespero.

A toda equipe do Cras Professor Gonçalo Rollemberg Leite, que se fizeram presentes em todos os momentos do estagio, em especial a minha super SUPER Quênia Gouveia que se fez disponível durante todo o tempo, que me ensinou, me escutou, foi um anjo enviado pelo papai do céu, o nosso santo bateu e eu sou grata por toda paciência, carinho, atenção, compreensão, dedicação e amizade e também a minha quase super Elisleide, uma psicóloga nota 1000 que tinha sempre uma resposta para todas as minhas perguntas. Obrigada meninas, vocês moram em meu coração!!!

Por fim, a todos que contribuíram direta e indiretamente pra que o meu estágio se concretizasse de forma positiva.

Nayara Fernanda Santos Souza

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO	
2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio.....	08
2.2 Reconhecimento do espaço institucional.....	13
2.3 Serviço Social na Instituição.....	18
2.4 Diagnóstico.....	19
3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL	
3.1 Abrangência do projeto.....	21
3.2 Resumo.....	21
3.3 Participantes.....	22
3.4 Justificativa.....	22
3.5 Objetivos.....	24
3.5.1 Objetivo Geral.....	24
3.5.2 Objetivos Específicos.....	24
3.6 Metodologia.....	24
3.7 Equipe de Trabalho.....	25
3.8 Divulgação do Projeto.....	26
3.9 Avaliação.....	26
4. SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	26
5. ANÁLISE E SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
7. REFERÊNCIAS.....	31
APÊNDICE.....	32
ANEXOS.....	

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é de suma importância para a formação acadêmica do aluno universitário e no curso de Serviço Social é o momento em que o educando irá observar a realidade concreta e contraditória em que o profissional se depara a cada dia no seu campo de trabalho, decorrentes, principalmente, das mudanças éticas e políticas da sociedade, pois o principal instrumento do profissional da área são as expressões da questão social, com isso, a cada mudança dessas expressões, o profissional precisa adequar-se as mesmas.

[...] o famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana. Esse é um desafio colocado por estudantes e profissionais ao salientarem a defasagem entre as bases de fundamentação teórica da profissão e o trabalho de campo (IAMAMOTO, 2001, p. 52).

Sendo assim, faz-se necessário que o estágio seja exatamente uma disciplina vinculada ao processo acadêmico, além do mais, é o período em que se irá colocar em prática, de forma crítica e observatória, a teoria, assinalando todas as conjunturas vistas em sala no campo profissional.

Este documento refere-se ao relatório final do Estágio Supervisionado I no Curso de Serviço Social, no qual será apresentada toda a história da Política Setorial da Assistência Social com ênfase ao antes e depois da Constituição Federal de 1988, explanando as mudanças significativas que a Assistência Social obteve após a Constituição. Além da história do CRAS Professor Gonçalo Rollemberg Leite, elucidando todas as características do campo e do Papel do Assistente Social no Centro de Referência. No estágio II, fora realizado o projeto de intervenção para solucionar uma problemática observada durante o Estágio I.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio

A Constituição Federal foi de extrema importância para a Assistência Social, que é reconhecida como política social. Outrora a assistência era vista como uma forma de solidariedade e assistencialismos aos pobres, incapazes e pessoas doentes. Indivíduos que necessitavam de assistência eram caracterizados como pessoas frágeis, que seriam sempre dependentes do outro e precisariam de ajuda constantemente. Segundo Sposati, a pobreza era tratada como doença:

Os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes. A assistência se mesclava com as necessidades de saúde, caracterizando o que se poderia chamar de binômio de ajuda médico-social. Isto irá se refletir na própria constituição dos organismos prestadores de serviços assistenciais, que manifestarão as duas faces: a assistência à saúde e a assistência social. O resgate da história dos órgãos estatais de promoção, bem-estar, assistência social, traz, via de regra, esta trajetória inicial unificada. (Sposati et al., 2007, p. 42)

Até 1930, não havia uma concepção da pobreza enquanto expressão da questão social, a pobreza era tratada como “caso de polícia”, tratada como disfunção individual. As expressões da questão social se darão pelo avanço do capitalismo e da escassez da falta de trabalho para os indivíduos, logo, a pobreza é considerada um risco social para os grandes proprietários. Sendo assim, a caridade e a benemerência passam a ser uma atividade frequente e o cidadão não é conhecido como um indivíduo independente, autônomo e capaz.

Após o ano mencionado acima, no Governo de Vargas, surge, no Brasil, o Ministério do Trabalho, no qual as pessoas que possuíam um emprego tinham suas carteiras de trabalhos assinadas e conseqüentemente eram considerados cidadãos de direitos. Além do surgimento de algumas políticas sociais na área da saúde, educação e previdência, vale ressaltar que tais benefícios giravam em torno do trabalho, logo, as pessoas que não possuíam vínculos empregatícios não tinham direitos sociais e buscavam a caridade, que era disponibilizada pelas instituições de caridade.

O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) foi criado em 1938 e estaria vinculado ao Ministério de Educação e Saúde. No primeiro momento, o Conselho tinha o objetivo de criar inquéritos sociais para adequação de entidades sociais para os mais desfavorecidos e os cidadãos não tinham voz ativa para participar das reuniões para criação de

projetos e programas relacionados à pobreza, que eram realizados pelos membros do conselho.

Diante da pouca atuação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), no ano de 1942, ainda no governo de Vargas, é criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que será a primeira instituição nacional voltada para a Assistência, à presença das mulheres e do patriotismo era constante. A LBA daria inicialmente assistência “às famílias dos convocados” da Segunda Guerra Mundial, passando depois a atuar praticamente em todas as áreas de assistência social. Nesse sentido, ela se constitui em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social e terá como objetivos básicos:

1. Executar seu programa, pela fórmula do trabalho em colaboração com o poder público e a iniciativa privada”.
2. Congregar os brasileiros de boa vontade, coordenando-lhes a ação no empenho de se promover, por todas as formas, serviços de assistência social;
3. Prestar, dentro do esforço nacional pela vitória, decidido concurso ao governo;
4. Trabalhar em favor do progresso do serviço social no Brasil. (Iamamoto & Carvalho, 2007, p. 250)

A LBA será de grande importância para a institucionalização do serviço social, pois irá a diversos níveis, como por exemplo: organizando, consolidando e expandindo os princípios do serviço social. Sendo assim, terá um avanço significativo nas realizações de obras sociais.

O ano 1991, no governo de Fernando Collor, foi marcado por diversas denúncias contra a primeira-dama, Rosane Collor, a qual estava à frente da coordenação da LBA, essas denúncias foram relacionadas negativamente em desvios de verbas sob o governo que atuava, logo, em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso houve a extinção da Legião Brasileira da Assistência.

Até 1988 não existia previsão de a assistência social ser introduzida como uma política social, por isso ela ainda era vista como uma atividade assistencialista e sempre direcionada a indivíduos considerados pobres e incapazes. Ainda na mesma década, surgem os movimentos sociais que foram essenciais para finalizar o período ditatorial, período esse caracterizado pela repressão que a sociedade sofria dos militares que estavam no poder, à democracia era ausente e os direitos sociais inexistentes.

Após 1988, a cidadania passa ser precedência para os governantes, na qual a Constituição Federal de 1988 assegurará os direitos sociais da sociedade civil. A assistência

social passa a constituir na seguridade social, juntamente com os direitos da saúde e da previdência, abandonando as características de um serviço assistencialista e de caridade, nesse sentido está prescrito que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
 I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Brasil, 1988)

Mesmo após a Constituição Federal, a Assistência Social foi prejudicada pelo atraso no processo de discussão e elaboração de propostas, diferente da Saúde e da Previdência que logo tiveram as conferências para a organização de projetos. No ano de 1989, fora realizado o I Simpósio Nacional de Assistência Social, que tem por objetivo discutir propostas de lei para um avanço constitucional, porém em 1990 o projeto é vetado pelo Presidente Fernando Collor de Mello, alegando que a nação não teria financeiramente como realizar o pagamento para os benefícios voltados para Assistência Social. Porém, no seguinte ano, é realizada uma nova discussão e um novo projeto de lei é elaborado, mas o trâmite no Congresso foi novamente adiado por questões econômicas, sociais e políticas. Mesmo assim, diante de todas as incoerências, o Ministério do Bem-Estar Social promoveu encontros regionais em todo o país para a discussão da Lei Orgânica da Assistência Social, culminando na Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em junho de 1993, em Brasília.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi criada em 7 de dezembro de 1993, para regulamentar todos os direitos sociais que fora aprovado após a constituição federal de 1988. A Lei irá excluir o conselho nacional de serviço social, pois se entende que ainda teria características clientelistas e criará o conselho nacional de assistência social.

A Política de Assistência Social, não termina com a promulgação da LOAS, visto que esta Lei introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e intergovernamentais, confirmando-se enquanto “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo. (YASBEK, 2004, p.13).

A Lei irá dispor da organização da Assistência Social, pois regulamentará que a assistência social é direito de todo e qualquer cidadão e dever do Estado, é uma Política não contributiva da Seguridade Social e que irá prover mínimos sociais realizadas através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para a garantia de atendimento às necessidades básicas. E que tem por objetivo a proteção social para garantir a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, à proteção a família, o amparo às crianças e adolescentes e à velhice, a promoção e integração ao mercado de trabalho, a habilitação, reabilitação de pessoas com deficiência e idosas.

Dos princípios presentes será a supremacia do atendimento às necessidades sociais, a universalização dos direitos, o respeito à dignidade do cidadão, além de promover a autonomia, a igualdade de direitos no acesso ao atendimento e a divulgação ampla dos benefícios, serviços e programas oferecidos pelo Poder Público.

Das Diretrizes que se resumirá em descentralização administrativo, com a participação da população por meio de organizações representativas e nunca retirando a primazia da responsabilidade do estado na condução da política da assistência social, da forma de organização e gestão das ações, das competências das esferas de governo, da instituição e competências do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), das Competências do órgão nacional gestor da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que irá incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, dos conceitos de benefícios que se resumirá ao um Benefício de Prestação Continuada a um benefício eventual, na qual possuirá diferenças, o BPC é a garantia de um salário mínimo mensal a uma pessoa com deficiência e/ou ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção. Já o Benefício Eventual serão benefícios provisórios, que serão prestados aos cidadãos em virtude da vulnerabilidade social temporária e de calamidade pública, o valor do benefício será definido pelos estados, Distrito Federal e Municípios, dos Programas que serão voltados para proteção, atendimento e integração especializada da família, a Erradicação do Trabalho Infantil, para ter acesso aos programas faz-se necessário a realização do CadUnico (Cadastro Único para programas Sociais do Governo Federal), os financiamentos dos benefícios, programas, projetos e serviços será de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das demais contribuições previstas no Art 195 do FNAS (Fundo Nacional de Assistência Social).

O Sistema Único da Assistência Social é descentralizado e participativo e tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira, irá materializar o conteúdo da LOAS. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nos dias 11 e 12 de Novembro de 2009, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que foi criada no dia 7 de Dezembro de 1993, realizara a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), da norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS), com determinação e discussão alcançada na VI Conferência Nacional de Assistência Social de “Tipificar e consolida classificação nacional dos serviços socioassistenciais”. Resolve em 2005 aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica será destinada para a prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. Os Serviços de Proteção Social Básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. De caráter preventivo, protetivo e proativo. Desta forma, está previsto na PNAS que:

Serão considerados os serviços de proteção básica aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (PNAS/2004 p.36)

A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, Abrigo Institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas, da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. São considerados de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou acompanhamento sistemático e monitorado. Irá envolver, também, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social, visando à orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos. Os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral, como: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

2.2 Reconhecimento do espaço institucional

O Centro Social Urbano (CSU), local ao qual o CRAS fica localizado foi criado em 1978, no governo de José Rollemberg Leite, sob a gestão municipal do prefeito João Alves Filho, a partir do financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF). A obra foi realizada pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), no Governo do Presidente Militar Ernesto Geisel, com o objetivo de realizar atividades de lazer, cultura, inclusão e fortalecimento de vínculos na comunidade. No mesmo ano, o Serviço Social passa por movimento de renovação na profissão, que

expressa em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo.

Atualmente o Centro Social Urbano (CSU) ainda dispõe de serviços educacionais, possuindo a creche José Machado de Souza e a escola Ana Luiza Mesquita Rocha do ensino fundamental, além da unidade básica de saúde João Cardoso Nascimento Junior. Em virtude das mudanças ocorridas na sociedade e no seio do profissional de Serviço Social, um novo aparato jurídico se fez necessário para expressar os avanços da profissão e o rompimento com a perspectiva conservadora. Em 2003, é implantado neste centro o Cras Gonçalo Rollemberg Leite, sob a gestão de Marcelo Deda, em convênio com o Ministério da Assistência Social e da secretária de Assistência Social. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Professor Gonçalo Rollemberg Leite, conhecido popularmente como antigo CSU, está localizado na Rua Alagoas 2051, no bairro José Conrado de Araújo, Aracaju/SE. A instituição é referência na comunidade, por ser um local que durante toda a sua caminhada histórica sempre fora um prestador de serviço para a população que ali reside. O mesmo corresponde ao 3º distrito do município e abrange cinco grandes bairros de Aracaju, que possuem cerca de 57.842 habitantes, sendo eles: Cirurgia, Centro, Getúlio Vargas, Siqueira Campos, José Conrado de Araújo (que possui dois populosos conjuntos, o Dom Pedro I e o Agamenon Magalhães). Com um horário de funcionamento de 7h às 18h.

Cerca de 70 pessoas foram atendidas no CRAS durante o horário de funcionamento no mês de novembro, podendo, então, observar o perfil do usuário que frequenta o instrumento.

Gráfico 01

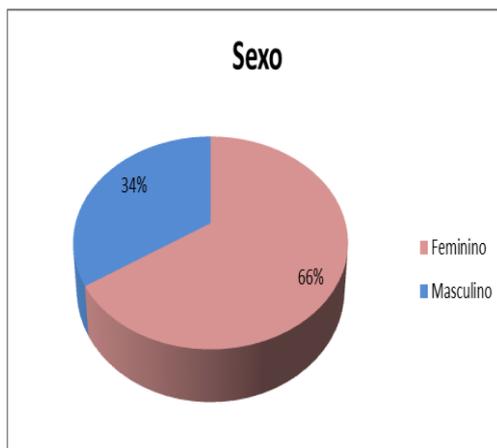
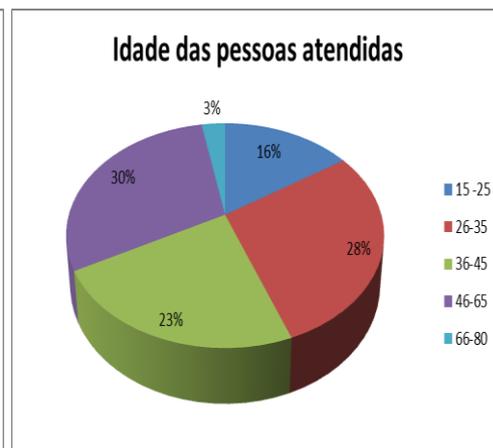


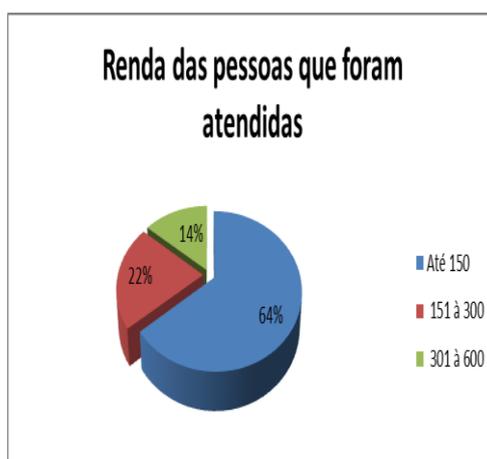
Gráfico 02



(Fonte: Dados Institucionais, 2016)

Um total de 70 pessoas, constatando-se que cerca de 66% das pessoas que são atendidas no Cras são do sexo feminino, com uma faixa etária de 46-65 anos de idade. Logo, observa-se que as mulheres procuram mais o instrumento assistencial e com idades mais avançadas, porque de acordo com algumas entrevistas realizadas, identifica-se que as mulheres ainda continuam voltadas aos afazeres domésticos.

Gráfico 03



(Fonte: Dados Institucionais, 2016)

Além de possuírem uma renda de até R\$300,00, pois identifica-se que as pessoas atendidas utilizam valores do Programa Bolsa Família e realizam atividades manuais para ajudar no desenvolvimento econômico da família.

Gráfico 04



Gráfico 05



(Fonte: Dados Institucionais, 2016)

Nos gráficos acima observa-se, também, o grau de escolaridade e as profissões dessas pessoas que foram atendidas no mês de Novembro, no qual 79% das pessoas possuem, apenas, ensino fundamental e as demais dividiram em números menores como semi-analfabeto e ensino médio. O número de pessoas desempregados é alarmante, o que justifica o atendimento das mesmas em busca de algum benefício eventual repassado pelo CRAS.

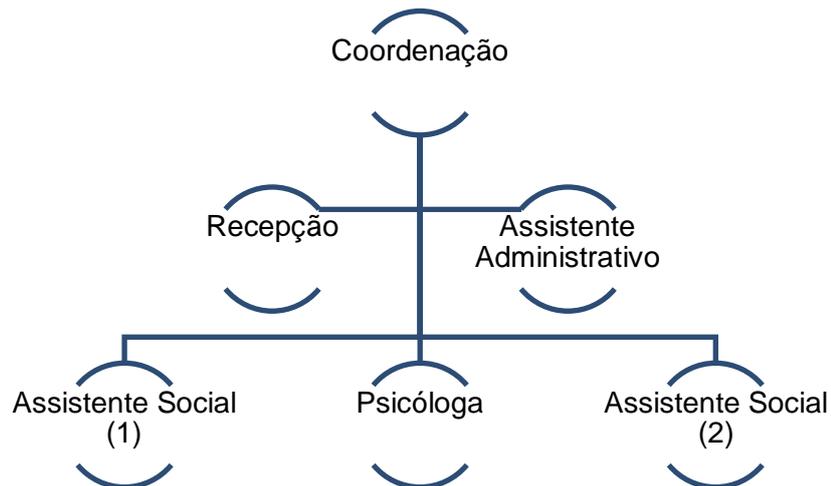
O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos II, V, IX e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), considerando a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), da norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBRH/SUAS), com deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social de “Tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais”. Resolve aprovar a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. De caráter preventivo, protetivo e proativo. Sendo assim, o CRAS ofertará os serviços da proteção social básica com base na lei. A referida instituição possui o PAIF e o SCFV, no qual o PAIF será direcionado para toda a família com finalidade de fortalecer vínculos e promover o acesso aos direitos, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida. E o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é ofertado para crianças na idade de 06 a 14 anos. As atividades ocorrem de segunda-feira a quinta-feira, sendo atividades administradas por educadores e acompanhadas pelos técnicos do CRAS e para idosos com idade igual ou superior a 60 anos, onde as reuniões só são realizadas nas quintas-feiras, porque durante os outros dias pela manhã, exceto na terça-feira, é realizado, através de um profissional de Educação Física, uma atividade Inter Geracional, ambos em vulnerabilidade social.

As atividades dos referidos serviços são realizados em grupo, de forma organizada a fim de contemplar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Os idosos também utilizam o CRAS para que os técnicos realizem a solicitação de carteiras que objetivam a gratuidade dos transportes públicos interestaduais. Além desses serviços, o CRAS também irá disponibilizar benefícios eventuais, que são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios, com caráter eventual, suplementares e provisórias. São eles: Cestas Básicas, Auxílio Moradia, Auxílio Natalidade, Auxílio Mortalidade e Colchão.

Para ter acesso aos benefícios eventuais, faz-se necessário a realização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) que, a partir de 2003, é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Além de entrevistas e da visita domiciliar com os profissionais do Serviço Social e Psicologia. Por isso ele funciona como uma porta de entrada para às famílias acessarem diversas políticas públicas.

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas. Presentemente no CRAS o programa de Assistência Social é o Bolsa Família, que irá contribuir para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Desde 2011 o Bolsa Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, reunindo diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo. O CRAS dispõe de uma equipe multidisciplinar organizada da seguinte maneira:



Uma coordenadora, três Recepcionistas (na qual possui escalas organizacionais entre a coordenadora e as funcionárias), um assistente administrativo, dois assistentes sociais e uma psicóloga. Além dos dois educadores sociais que estão à frente das atividades juntamente com as crianças e os adolescentes do serviço de convivência citado acima.

2.3 Serviço Social na Instituição

O trabalho do assistente social responde às demandas fruto da questão social como resposta do Estado e requisições da sociedade de classes sociais antagônicas. Surge para favorecer um processo de reprodução social capitalista, mas que essa atuação é revertida quando a direção social da profissão passar a estar vinculada à classe trabalhadora.

A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social é a de CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Diante de todas as problemáticas e demandas expostas pelos usuários, o profissional de Serviço Social dispõe de vários instrumentos, pois os instrumentos são os elementos mediadores do trabalho, ou seja, é a estratégia por meio da qual se realiza a ação. As técnicas dizem respeito à habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos para que ele se torne o mais utilizável possível. São eles: Observação, Visitas Domiciliares, Relatórios/

Parecer Social, Entrevistas, Fichas de Cadastro, Encaminhamentos e Registros. Portanto, a questão social é um conjunto de expressões que definem essa desigualdade existente no capitalismo. No CRAS, atualmente, observa-se que as maiores expressões são decorrentes do número absurdo de desemprego, já que os responsáveis pelas famílias se encontram na maioria das vezes desempregados e correm riscos sociais e de vulnerabilidade, pois começam a praticar a mendicância e a habituar-se nas ruas em busca de soluções de problemas.

2.4 Diagnóstico

O Cras Gonçalo Rollemberg Leite, como dito anteriormente, está localizado no bairro José Conrado de Araújo na cidade de Aracaju, porém a sua área de abrangência não condiz apenas ao bairro, existem outros bairros próximos nos quais os usuários da localidade são acolhidos pelo mesmo. Com isso, faz-se necessária a realização do Diagnóstico Social, com o objetivo de conhecer o bairro no qual o Centro de Referência está localizado. É de suma importância além do conhecimento do presente Cras, o conhecimento das áreas que ele atende, porém neste estudo haverá uma explanação breve da localidade por conta da enorme área que o Cras abrange. Vale ressaltar que são bairros populosos e de grande área de extensão o que dificulta ainda mais a pesquisa.

O bairro supracitado recebeu este nome com o objetivo de homenagear um Prefeito da cidade Aracaju que esteve no mandato entre os anos de 1959 a 1963, é um bairro que está localizado na zona oeste de Aracaju e ao seu redor conta com outros bairros populosos e desenvolvidos economicamente, chamados Siqueira Campos e Santos Dumont. Além dos dois grandes conjuntos que estão inseridos nele mesmo, conhecidos como Dom Pedro I e Agamenon Magalhães.

A população residente é urbana, pois a comunidade é altamente desenvolvida economicamente, além de possuir aos arredores escolas das redes municipais, estaduais e privadas, unidade de posto de saúde, CRAS, CREAS, hospital e o comércio subdesenvolvimento na qual fornece as necessidades de quem ali vive.

A unidade de saúde básica referência para a comunidade é o João Cardoso, localizado no mesmo espaço do CRAS, no CSU, pois a localidade é significativa e o acesso é amplo para todos. Vale ressaltar que este posto supracitado é de referência para a comunidade que está sendo realizado o diagnóstico, porém existem outros que suprem a necessidade dos moradores das demais comunidades que o CRAS abrange. O hospital Nestor Piva é de grande

importância para a comunidade, ele não está localizado na comunidade, porém, é o mais próximo, localizado no bairro Siqueira Campos, sendo assim em caso de urgência os moradores que não possuem plano de saúde, buscam o atendimento neste hospital para suprir todas e quaisquer necessidades. Portanto, mesmo diante das problemáticas atuais existentes na equipe profissional da saúde da prefeitura, a comunidade possui um suporte favorável.

Na área da educação as escolas são de grande importância para o desenvolvimento da comunidade, deste modo as pessoas possuem creches, escolas da rede municipal, estadual e privada, de ensino fundamental menor/maior e ensino médio, para auxiliar na educação dos jovens e adultos da região.

A população possui uma rede apenas de ônibus, a qual percorre todo o trajeto dentro da comunidade, e/ou outras linhas que são disponibilizados para percorrerem apenas os trajetos nas avenidas principais e, além dos ônibus, são disponibilizados taxi/lotação, para que a população tenha um acesso mais rápido ao centro da cidade, lembrando que todos os transportes tem uma tarifa simbólica de mais ou menos R\$3,50.

Infelizmente a violência está sendo constante em todo estado de Sergipe, com isso as comunidades sofrem um descaso enorme, porque a rede de segurança não consegue conter toda a situação, contudo, de acordo com algumas informações de moradores e usuários do CRAS, as pessoas que moram na região são alvos constantemente de assaltos, além dos empresários que conduzem seu comércio. A população não tem nenhuma base policial próximo, a Delegacia mais próxima para aquela região é a 2º Delegacia Metropolitana, localizada no bairro Getúlio Vargas, que também é área de abrangência do CRAS, o que facilita ainda mais as ações dos assaltantes.

Portanto, um dos maiores problemas na comunidade é a violência, pois a comunidade não consegue desenvolver um comércio mais proveitoso, por que os pequenos empresários sentem-se assustados com tamanha violência.

3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

3.1 Abrangência do projeto

O presente projeto, intitulado “Fortalecendo Vínculos” será realizado no CRAS Professor Gonçalo Rollemberg Leite, conhecido popularmente como antigo CSU, localizado na Rua Alagoas, 2051, no bairro José Conrado de Araújo, Aracaju/SE. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. De caráter preventivo, protetivo e proativo.

A instituição é referência na comunidade, pois é um local que durante toda a sua caminhada histórica sempre foi um prestador de serviço para a população que ali reside. Ele corresponde ao 3º distrito do município e abrange cinco grandes bairros de Aracaju que possuem cerca de 57.842 habitantes, sendo eles: Cirurgia, Centro, Getúlio Vargas, Siqueira Campos, José Conrado de Araújo (que possuem dois populosos conjuntos, o Dom Pedro I e o Agamenon Magalhães). Com um horário de funcionamento das 7h às 18h.

Tendo como público alvo as crianças e adolescentes do SCFV da instituição no qual possuem uma faixa etária de 07 a 14 anos. O projeto será desenvolvido com este público, pois durante o Estágio I foi perceptível o enfraquecimento dos vínculos das crianças com os técnicos, dificultando assim um acompanhamento psicossocial com os mesmos e a família.

3.2 Resumo

O projeto a ser realizado no CRAS Profº Gonçalo Rolemberg Leite, terá como objetivo o progresso dos vínculos entre os educandos do SCFV e toda equipe do CRAS, através de atividades lúdicas e simples, mas que serão realizadas em equipe, com o propósito de discutir a importância do fortalecimento do vínculo nas atividades realizadas pelo SCFV.

A problemática que mais se tornou evidente durante o Estágio I foi a ausência dos técnicos durante as atividades realizadas pelos educadores, onde percebeu-se que não estava havendo o planejamento, elaboração e organização das atividades a serem realizadas. A partir disso, pensou-se em um projeto dinâmico.

Contudo, é compreensível a constante demanda trazida pelos usuários da comunidade. Atualmente o CRAS abrange 5 (cinco) áreas extensas, por qual a quantidade de pessoas que compõem a equipe técnica e a falta de instrumentais ofertados pelo órgão público dificultam ainda mais o desenvolvimento do trabalho.

Neste sentido, apresentou-se uma proposta de projeto onde pudesse, de alguma forma, alertar e sensibilizar a equipe técnica para com as atividades realizadas no SCFV, priorizando o planejamento e organização das atividades.

Palavras- Chaves: Assistência, Centro de Referência da Assistência Social, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

3.3 Participantes

Os participantes do projeto de intervenção serão mais ou menos 15 (quinze) crianças com a faixa etária entre 07 e 14 anos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Gonçalo Rollemberg Leite, assim como 20 (vinte) adultos com a faixa etária de 30 à 59 anos, que são os educadores sociais, técnicos, funcionários e alguns responsáveis das crianças.

3.4 Justificativa

O CRAS é um local considerável de caráter acolhedor, com a função de prevenir, promover e contribuir para melhoria de vida dos indivíduos da comunidade, no qual o mesmo está inserido. Com isso, faz-se necessário que a equipe técnica, juntamente com os educadores que administram as atividades dos educandos participantes do serviço ofertado pela instituição, possua um vínculo amplo, com características proativas e preventivas, isso quer dizer que ambos precisam comunicar-se para aumentar as expectativas de resolução diante das problemáticas dos indivíduos da comunidade.

Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares. Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, o envelhecimento, deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a

universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Documento Base – Fichas de Serviços - Brasília Junho de 2009, p. 06)

Durante o Estágio Supervisionado I, foi perceptível que os vínculos entre os profissionais supracitados estavam interrompidos, reflexo da grande demanda trazida pelos usuários do CRAS. Com isso, os educadores passaram a desenvolver as atividades sem um planejamento rigoroso e um olhar crítico dos técnicos, pois enquanto os educadores realizavam as atividades com os educandos, a equipe técnica estaria debruçada sob as demandas do dia-a-dia. Ressalta-se que o SCFV, é um serviço do PAIF no qual se deve desenvolver um trabalho social com as crianças/adolescentes, assim como as famílias dos seus respectivos e acompanhar o desenvolvimento destes indivíduos nas atividades. Juntamente com o distanciamento, percebeu-se a evasão de outros educandos, porém não foram desvinculados e a equipe técnica não conseguiu realizar alguns procedimentos, como por exemplo: Realizar uma visita domiciliar para saber a justificativa pela qual o educando está se ausentando. Com isso, pensou-se em um projeto voltado para o fortalecimento de vínculos. Após as visitas domiciliares, percebeu-se que boa parte dos educandos distanciou-se conseqüentemente por falta de atividades interessantes e equipamentos para realização de atividades. Existe outra instituição próxima privada, mantida pelos comerciários, que possui uma estrutura física na qual atrai esses educandos para realizarem tais atividades voltadas à educação, lazer, saúde, entre outras.

Diante disso, foi realizado um projeto de intervenção com o objetivo de melhorar o Vínculo para com a equipe técnica, além de auxiliar na elaboração de planejamentos para as atividades serem realizadas.

Ressalta-se também que os órgãos públicos são responsáveis pela evasão dos educandos, pois não são ofertadas oficinas culturais e educacionais, além de uma estrutura ampla e moderna para que as atividades fossem desenvolvidas durante o serviço.

Então, pergunta-se: Como desenvolver um trabalho socioeducativo, com o objetivo de aprimorar o vínculo familiar das criança/adolescentes, ciente que os profissionais da rede não estão vinculados diretamente? De que forma a equipe técnica pode trazer novamente os educandos que evadiram para o serviço?

Pensando nas problemáticas e com a justificativa de aperfeiçoar os vínculos da equipe/crianças/família e resgatar as crianças e adolescentes para o serviço, percebeu-se a

necessidade de realizar um projeto com a finalidade de formar-se novamente esse vínculo com os usuários dos serviços. Para que eles possam obter um acompanhamento técnico planejado mensalmente e que as conclusões das atividades realizadas pelos educadores sejam reações positivas para o aperfeiçoamento dos vínculos junto à família/equipe a partir deste momento. Dessa forma, as atividades planejadas serão voltadas para a importância do fortalecimento do vínculo, através disso, espera-se um maior planejamento para que haja uma interação maior entre os técnicos e as crianças.

3.5 Objetivos

3.5.1 Objetivo Geral

Aprimorar o vínculo da equipe técnica e dos educadores sociais com as crianças e adolescentes acompanhados no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS e suas famílias, resgatando os educandos que evadiram e/ou tem uma porcentagem alta de ausência no serviço, sem justificativa.

3.5.2 Objetivos Específicos

- Realizar busca ativa para acompanhamento das problemáticas sociais, realizando visitas domiciliares com a equipe técnica para acompanhar as problemáticas existentes no âmbito familiar, a fim de observar o vínculo familiar do educandos.
- Sensibilizar a importância do vínculo entre os educadores, técnicos, crianças e famílias, através do diálogo educacional, com todos os envolvidos, objetivando a identificação de sugestões de todos os envolvidos para a melhoria dos vínculos.
- Operar atividades dinâmicas com as crianças, juntamente com os técnicos, com finalidade de interação, com a “Mini- Gincana” através das dinâmicas lúdicas e atividades corporais, divididos em 2 grupos entre as crianças e equipe, afim de interagir corpo à corpo uns com os outros.

3.6 Metodologia

O projeto será iniciado com a organização das pastas físicas que são arquivadas no CRAS, para constatar o número de crianças que ainda estão vinculadas em nosso arquivo,

para verificar se está de acordo com a frequência e se os números equivalem a igualdade. Após a organização, foi constatado que cerca de 10 (dez) educandos ainda estão vinculados, mas que não estão frequentando o serviço. Desse modo, organizaram-se os dias para realização das visitas domiciliares, para identificar os motivos pelos quais os educandos não estão mais frequentando o serviço e só após a justificativa realizar ou não a desvinculação dos mesmos. Evidencia-se a dificuldade para realizar esta ação, diante da grande demanda da equipe técnica. Foram planejados vários dias para concretizar a ação. Sendo assim, nas duas primeiras semanas de abril, respectivamente entre os dias 03 a 13, as visitas domiciliares foram realizadas.

Ainda assim, foram realizados convites para o educandos que evadiram participarem das palestras e uma mini gincana, a fim de concretizar o objetivo geral. Com atividades lúdicas e simples, com um planejamento e a participação da equipe técnica, o projeto teve uma metodologia dinâmica, no qual o público alvo foram os maiores desenvolvedores das atividades e proposta elaborada.

A primeira ação será realizada no dia 24.04.2017 através das visitas domiciliares, para realizar a busca ativa com os educandos que evadiram e com isso realizar a palestra para sensibilizar os educandos sobre a importância do projeto, explanando as regras que serão necessárias para a participação na “mini-gincana”, regras estas baseadas em: respeito, integralidade, compreensão e paciência, onde os educandos não podem permitir que ocorra violência verbal, física e psicológica.

Em continuidade, o projeto terá dois dias que serão 26 e 27 do decorrente mês para a realização das atividades simples, no dia 26 será realizado atividades internas, na sala de jogos com as atividades de dama e jogo de botão, ambas terão regras diferentes da atual e todos os participantes deverão construir vínculos durante as partidas.

No dia 27.04.2017, as atividades serão realizadas na quadra poliesportiva, com atividades dinâmicas, como: “Toca, Estoura Balões e Corrida de Saco em Dupla”, todas as atividades serão realizadas em dupla, objetivando a coletividade entre os participantes, independente da equipe. Ressalta-se que durante todas as atividades serão concretizadas com a partir da coletividade, fortalecendo os vínculos.

3.8 Equipe de Trabalho

O trabalho foi composto por vários integrantes, das diferentes áreas. Nayara Fernanda Santos Souza, acadêmica em Serviço Social, ficará coordenando o projeto. Quênia Nabuco, Assistente Social, irá auxiliar no planejamento das atividades do SCFV e realizar o monitoramento do comportamento individual dos educandos para evoluir com o vínculo nas famílias. Além dos educadores sociais Abimael de Jesus e Pablo Paixão que auxiliarão no desenvolvimento das atividades juntamente com o estudante de Educação Física, Lucas Melo.

3.8 Divulgação do Projeto

Para a realização da divulgação do projeto, será realizado conviêstes em papel A4 para serem distribuídos durante as visitas domiciliares.

3.9 Avaliação

A avaliação será constante, durante todo o tempo da intervenção, sendo monitorado através do contato e inserção dos técnicos nas atividades com as crianças e adolescentes, durante a terceira semana nos dias 24, 26, 27 no mês de Abril. Com isso, observando a participação e a receptividade das crianças e adolescentes diante das atividades propostas.

As dificuldades serão avaliadas a partir das observações durante as atividades. No primeiro momento a equipe do CRAS, onde o projeto está sendo desenvolvido, serão responsáveis pela avaliação. Porém, pretende-se alcançar o objetivo principal, que é aumentar o vínculo dos educandos com a equipe a partir dos resultados observados e avaliados.

4 SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO

O SCFV é um serviço realizado com grupos de pessoas que frequentam o CRAS, com a finalidade de prevenir as situações de risco social, ampliando o conhecimento e experiências vivenciadas, fortalecendo vínculos e incentivando a socialização e a convivência comunitária.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 9-10), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos caracteriza-se como:

“Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

[...]

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social.”

O projeto “Fortalecendo Vínculos” aconteceu com a equipe do CRAS (técnicos e educadores) e com os educandos, pois durante o Estágio I não foi identificado um vínculo dos técnicos com os educandos do SCFV. Com isso, algumas atividades eram feitas sem planejamento, mesmo que durante as atividades fosse perceptível que os educadores realizassem atividades criando as regras para que os educandos exercitem uma atividade correta e justa, objetivando reflexo da promoção de cidadania, ainda assim faz-se necessário que as atividades possuam um planejamento mensal com a equipe técnica, pois sem planejamento mostram o quão falho e insignificante fica o serviço, além de dificultar ainda mais o vínculo entre os técnicos.

“[...] o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grade equipe de trabalho” (Iamamoto 2012a, p.63)

O Projeto de Intervenção “Fortalecendo Vínculos”, originou para o CRAS pontos positivos e satisfatórios, porque educandos que outrora não tinha uma comunicação eletiva e saudável com alguns funcionários passaram a possuir uma dinâmica maior na comunicação e perceberam a importância que o Assistente Social possui dentro do serviço, além da formação de vínculos que criou-se entre cerca de 65% dos funcionários no CRAS. Atualmente, esta

porcentagem está sendo perceptível, já que após o projeto as equipes que durante foram divididas para realização das tarefas conseguem lembrar de algumas atividades que foram realizadas e conseqüentemente se alto avaliar diante da atuação.

Alguns educandos que não possuíam uma comunicação, um entrosamento e um contato saudável, principalmente com a equipe técnica, conseguiram perceber o quão importante é fortalecer o vínculo com todos do Cras, além dos educadores. Sendo assim, cerca de 85% dos educandos foram atingidos de forma positiva.

Em meio à realização da primeira ação referida nos objetivos específicos, que seriam as visitas domiciliares para realização de busca ativa, ocorreram alguns imprevistos, pois apareciam outras demandas trazidas pelos usuários, no qual a equipe técnica tinha que se debruçar, isso é o resultado da abrangência elevada dos bairros que são atendidos pelo CRAS supracitado, logo a entrega de convites para os educandos que evadiram ocorreu um atraso.

O projeto foi dividido em três dias, sendo que no primeiro dia foi explanado a todos os participantes da mini gincana elaborada o objetivo da gincana, as regras, a divisão das equipes, a explanação das atividades que seriam praticadas nos demais dias e uma apresentação com a Assistente Social sobre a importância de criar-se um vínculo. Com isso, os outros dias foram divididos em atividades internas e externas, que respectivamente ocorreu no primeiro dia em sala referente ao serviço e no dia seguinte na quadra poliesportiva.

Toda programação que durante o projeto foi realizado, as datas e horários não tiveram modificações, com a ressalva do segundo dia, que seriam atividades externas na quadra poliesportiva, mas o dia estava chuvoso, com isso as tarefas foram reduzidas e não foi possível realizar todas as ações que estavam programadas, apenas arremesso de cesta e boliche com os pés em equipe, além da mudança com os participantes, pois estava programado para participar do projeto, além dos educadores, educandos e equipe técnica, os familiares dos educandos, porém não foi possível a participação dos mesmos, pois a maioria possui atividades durante o dia impossibilitando-os de participarem.

5 ANÁLISE E SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADO

Durante os 12 meses de estágio realizado no CRAS, fora perceptível o quão importante o papel do Assistente Social na comunidade e nas instituições, as técnicas utilizadas apenas por estes profissionais são de suma importância para mediar os conflitos diante de todas as demandas sociais trazidas pelos usuários. Ressalta-se que todas as técnicas, por sua vez, são com equipamentos manuais, pois, infelizmente, é notória a ausência de equipamentos tecnológicos para a resolução de conflitos, por exemplo: computadores acessíveis para elaboração de relatórios e/ou encaminhamentos, transportes disponíveis para visitas domiciliares, são verdadeiramente escassos e limitados, o que dificulta ainda mais o trabalho do profissional, que mesmo com tantas limitações consegue de alguma forma atuar com seriedade e competência.

No final do ano de 2016, com o fim da gestão governamental, percebeu-se que os direitos que são concedidos através da Constituição Federal eram explanados para comunidade como bonificação da gestão, porém o profissional de Serviço Social conseguia sempre conduzir os usuários a entenderem que toda a assistência que naquela instituição estava sendo concedido, é um direito já garantido e de responsabilidade do estado atuar sob as calamidades e nas expressões da questão social que surgem diariamente e com isso atuava de acordo com PNAS, transferindo sempre para o usuário que existe uma Política e que a assistência faz parte da seguridade, assim como a saúde e a educação.

Por fim, mesmo diante de algumas dificuldades durante todo o estágio realizado no Cras, ainda assim foi um momento de suma importância, porque consideravelmente o aprendizado teórico-prático foi bastante positivo e é o momento em que o estagiário consegue colocar em prática os fundamentos teóricos, metodológicos, operativos e éticos da profissão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do relatório acima, vale ressaltar tamanha seriedade do estágio supervisionado na educação dos acadêmicos, já que além de estimular o aluno a colocar em prática todas as teorias vistas em sala, é de grande importância reconhecer as problemáticas das comunidades do estudo social que fora realizado.

Com isso, conclui-se que a comunidade supracitada é desenvolvida economicamente, pois o comércio é um subdesenvolvido possuindo bancos, lojas de roupas, oficinas, restaurantes, entre outros, porém mesmo diante de tamanho número de escolas e creches, a população ainda é pouco desenvolvida na educação, pois de acordo com os atendimentos do mês de Novembro no estabelecimento verificou-se a deficiência neste aspecto, sendo assim, as problemáticas existentes serão sempre voltadas para a expressão da questão social.

Ressalta-se também que as técnicas da área, não conseguem ter um controle satisfatório diante das demandas apresentadas pelo CRAS, isso em decorrência da grande abrangência de comunidades referentes a um só estabelecimento, superlotando os atendimentos e dificultando as respostas aos ministérios públicos, conselhos tutelares e os acompanhamentos com as famílias que buscam o centro de referencia a fim de solucionar a problemática existente.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO CARVALHO, Graziela. **A assistência Social no Brasil: da Caridade ao Direito**, Monografia, em Rio de Janeiro. 58 – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2008.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB/SUAS- Anotada e Comentada, 2011 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília/DF.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB/SUAS, 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília/DF.

NOZABIELLI, Sonia. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm>. Acesso em: 14 de out. 2016.

SPOSATI, A. O. (Coord). *A Assistência Social no Brasil 1983-1990*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

VADE MECUM DO SERVIÇO SOCIAL/Organizado por Cinthia Fonseca Lopes e Erivânia Bernardinho Cruz – 5º Ed/Pótere. Fortaleza: Premium, 2014

APÊNDICE

APÊNDICE A: Registros fotográficos das ações.



(Compartilhando as regras com as equipes)



(Jogos internos – Técnico x Educando)



(Jogos externos)



(Equipe campeã da mini-gincana)

Apêndice B: Listas de Presença

Frequência S.C.F.V.

Participação: Projeto Fontelecente Vinento

Educações: Plimael e Pebo

Unidades Físicas: Lucas

- 1) Wallacey Schwartz
- 2) Vitor Adriel dos Santos
- 3) ~~Alisson~~ Alexandre dos Santos
- 4) Jonathan Souza Paulino
- 5) Evania Aparecida
- 6) ~~Alisson~~ Alexandre dos Santos Silva
- 7)
- 8)
- 9)
- 10)

ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
UNIVERSIDADE TIRADENTES



DIPLOMA

O REITOR da UNIVERSIDADE TIRADENTES no uso de suas atribuições e, tendo em vista a conclusão do Curso de Graduação em Letras no dia 16 de julho de 2015 e colação de grau em 23 de julho de 2015, confere o grau de

Licenciada em Letras

a

Aline Souza Santos

filha de Wellington Bispo Santos e Ana Rita Souza Santos, brasileira, natural de Aracaju-SE, nascida a 6 de janeiro de 1993, RG 3.389.894-4 2ª Via SSP-SE, a fim de que possa gozar dos direitos e das prerrogativas concedidas pelas Leis da República.

Aracaju, 30 de julho de 2015.

Angela Sanches Peres Leal

Angela Sanches Peres Leal
Gerente do Departamento de Assuntos Acadêmicos

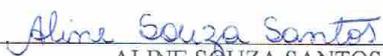
Roberto Uchôa de Mendonça
Reitor

Aline Souza Santos
Diplomado

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II da aluna Nayara Fernanda Santos Souza, acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes.

ARACAJU, 06 de junho de 2017.


ALINE SOUZA SANTOS
Graduada em Letras – Português